

Burocratas de nível de rua e o Programa Bolsa Família: como a discricionariedade na atuação das assistentes sociais afeta o combate à pobreza e a desigualdade em Campos dos Goytacazes – RJ

Daniela Pereira Palmeira dos Santos¹, Lorrana Oliveira Belo¹, Sabrine Ariel de Lima de Azevedo¹, Jhonathan Pinheiro Ferreira¹ & Chesil Batista Silva²

(1) Alunos de Iniciação Científica do PROVIC/ISECENSA – Curso de Administração; (2) Pesquisador Orientador Laboratório de Gestão de Negócios – LABGEN/ISECENSA – Curso de Administração - Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

A pobreza e a desigualdade são problemas graves que afetam milhões de pessoas em todo o mundo, a situação se agrava em países de economia periférica como a do Brasil. No intuito de minimizar esses aspectos, o governo brasileiro desenvolveu programas de transferência de renda direta com condicionalidades, que visam proporcionar renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza objetivando minimizar as desigualdades sociais proporcionando a oportunidade de acesso a questões básicas inerentes a renda, como acesso a comida e moradia. Nesse sentido, o programa mais amplo em rede de atendimento é o Programa Bolsa Família (PBF), implementado em 2003, que consiste no pagamento mensal de um benefício monetário pago as famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), que atendam aos critérios de elegibilidade de renda e grupo familiar, além de que estejam cumprindo com as condicionalidades interligadas a saúde e educação das crianças, adolescentes, grávidas e lactantes inseridas no grupo familiar. Este estudo foca na avaliação destes critérios de elegibilidade realizados pelos burocratas de nível de rua, responsáveis pela implementação das políticas públicas e aqui caracterizados pelas assistentes sociais e na discricionariedade inerente a este processo de avaliação de elegibilidade. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a subjetividade e a discricionariedade das assistentes sociais afetam a efetividade na implementação do PBF em Campos dos Goytacazes- RJ. Para a realização deste trabalho, foi desenvolvido um questionário semiestruturado para a coleta de informações junto aos assistentes sociais e a análise será realizada a partir da comparação do modelo de atuação apresentado com as diretrizes de atuação do PBF. Ao final deste estudo, espera-se entender os impactos da subjetividade no combate à pobreza e desigualdade.

Palavras-chave: Transferência de renda. Subjetividade. Administração pública.

Instituição de Fomento: ISECENSA.

Street-level bureaucrats and the Bolsa Família Program: how discretion in the work of social workers affects the fight against poverty and inequality in Campos dos Goytacazes – RJ

Daniela Pereira Palmeira dos Santos¹, Lorrana Oliveira Belo¹, Sabrina Ariel de Lima de Azevedo¹, Jhonathan Pinheiro Ferreira¹ & Chesil Batista Silva²

(1) PROVIC/ISECENSA Scientific Initiation Students – Administration Course; (2) Research Advisor Business Management Laboratory – LABGEN/ISECENSA – Administration Course – CENSA Higher Education Institutes – ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brazil.

Poverty and inequality are serious problems that affect millions of people around the world, the situation is worse in countries with peripheral economies like Brazil. In order to minimize these aspects, the Brazilian government developed direct income transfer programs with conditionalities, which aim to provide income for families in situations of poverty and extreme poverty, aiming to minimize social inequalities by providing the opportunity to access basic issues inherent to income, such as access to food and housing. In this sense, the broadest program in the service network is the Bolsa Família Program (PBF), implemented in 2003, which consists of the monthly payment of a monetary benefit paid to families registered in the Single Registry (CadÚnico), who meet the eligibility criteria. income and family group, in addition to complying with the conditions linked to the health and education of children, adolescents, pregnant women and breastfeeding women included in the family group. This study focuses on the assessment of these eligibility criteria carried out by street-level bureaucrats, responsible for implementing public policies and characterized here by social workers, and on the discretion inherent in this eligibility assessment process. Therefore, the general objective of this work is to analyze how the subjectivity and discretion of social workers affect the effectiveness of implementing the PBF in Campos dos Goytacazes- RJ. To carry out this work, a semi-structured questionnaire was developed to collect information from social workers and the analysis will be carried out by comparing the operating model presented with the PBF operating guidelines. At the end of this study, we hope to understand the impacts of subjectivity in combating poverty and inequality.

Keywords: Income Transfer. Subjectivity. Public administration.

Support: ISECENSA.